

Sociedade

Saúde

Fiocruz vai desenvolver medicamento à base de maconha para o SUS

por **Débora Melo** — publicado 20/02/2017 09h24, última modificação 20/02/2017 17h20

Rico em canabidiol, remédio será destinado a portadores de doenças que causam epilepsia severa e atingem principalmente crianças



Yghor Boy

Fitomedicamento à base de cannabis será produzido pela Farmanguinhos, laboratório da Fiocruz

Em um prazo de cinco a dez anos, pacientes que sofrem com a chamada epilepsia refratária (resistente a tratamentos tradicionais) poderão ter acesso a um fitomedicamento à base de maconha por meio do Sistema Único de Saúde (SUS).

Essa é a previsão do Instituto de Tecnologia em Fármacos da Fiocruz (Farmanguinhos), laboratório farmacêutico vinculado ao Ministério da Saúde, para o desenvolvimento e registro de um remédio brasileiro com alta concentração de canabidiol (CBD), uma das substâncias presentes na *cannabis*.

Aprovado em 2016 pela Fiocruz, o projeto surgiu de uma demanda da Associação de Apoio à Pesquisa e Pacientes de Cannabis Medicinal (Apepi) e da Associação Brasileira para a Cannabis (Abracannabis). As entidades apontaram que a importação do extrato de CBD, **autorizada desde 2015** pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), não garante o acesso ao tratamento. Além da burocracia envolvida no processo, a importação tem um custo proibitivo, que varia de 1 mil reais a 8 mil reais por mês, em média.

“O que nos motivou foi exatamente o caso de mães e pais que estão observando uma melhora no quadro clínico das crianças a partir de medicamentos importados ou **extratos artesanais**”, diz o diretor-executivo do Farmanguinhos, Hayne Felipe da Silva, à frente do projeto.

De acordo com relatos das famílias, o número de crises e convulsões foi reduzido drasticamente após o tratamento com CBD. “Hoje existe **base científica suficiente** no mundo demonstrando os efeitos terapêuticos do extrato de *cannabis sativa*”, continua o

#carta

planos fazer cultivo. Uma alternativa é importar as flores e desenvolver o extrato ou importar o extrato pronto. Estamos estudando. Queremos trabalhar na mesma lógica que trabalhamos com os produtos de base sintética: alguém nos fornece o insumo farmacêutico ativo e nós o transformamos em comprimidos, cápsulas, xaropes, pomadas”, explica Silva.

Concluída essa primeira etapa, o estudo terá de passar pelos testes pré-clínico e clínico (fases 1, 2 e 3), de segurança e eficácia, exigidos para o registro de qualquer medicamento. “Também precisamos buscar financiamento. A princípio, buscaremos junto ao Ministério da Saúde e a fontes de fomento governamentais”, afirma Silva. “Como instituição pública autárquica, cabe a nós fazer esse caminho”, diz.

Com o projeto em gestação, diz o pesquisador, ainda não é possível fazer uma estimativa de orçamento. A previsão é que o registro do fitomedicamento junto à Anvisa e a sua consequente distribuição no SUS ocorra em um prazo de cinco a dez anos.

Extrato artesanal

Mesmo com iniciativas de laboratórios farmacêuticos em curso, famílias e pacientes lutam para garantir o direito ao cultivo de *cannabis* e à produção caseira do extrato, por enquanto permitidos apenas com **autorização judicial**.

A fim de trazer mais segurança ao tratamento, a professora Virgínia Carvalho, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), lançou o projeto de extensão **FarmaCannabis**, que vai analisar a concentração dos canabinóides como CBD e THC (sigla para tetrahydrocannabinol, que possui efeitos psicoativos) presentes no extrato de maconha artesanais e importados.

Os extratos fabricados nos **Estados Unidos**, por exemplo, são registrados como suplemento alimentar pelo governo americano e não tiveram que passar pelo rigoroso controle de qualidade aplicado aos medicamentos.

A partir dessa análise, que será oferecida gratuitamente, as famílias poderão desenvolver um tratamento seguro e eficaz junto a médicos e cientistas. Os resultados também serão usados no projeto da Fiocruz, que firmou uma parceria com a UFRJ.

Diante da restrição de verbas da universidade, a Apepi lançou uma **campanha de financiamento** coletivo por meio do site Catarse. A iniciativa busca arrecadar 60 mil reais para equipar o laboratório, e as doações podem ser feitas até as 23h59 desta segunda-feira 20.

Tanto os pacientes que sofrem com epilepsia quanto aqueles que fazem uso terapêutico da maconha para tratar sintomas de doenças como câncer e esclerose múltipla poderão ter seus extratos analisados pelo FarmaCannabis.



Virgínia Carvalho, do projeto FarmaCannabis

